



PROCESSO	:	61930/2020
ASSUNTO	:	CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2019
UNIDADE GESTORA	:	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
GESTOR	:	GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO – CONSELHEIRO PRESIDENTE
RELATOR	:	CONSELHEIRO VALTER ALBANO

RELATÓRIO

1. Trata o processo das CONTAS ANUAIS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, referentes ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Conselheiro Gonçalo Domingos de Campos Neto, submetidas à apreciação deste Tribunal em face da sua competência constitucional.
2. De acordo com o que consta dos autos, o Balanço Geral foi assinado conjuntamente pelo gestor, pelo contador, Sr. **Edson Luiz Ribeiro de Oliveira**, inscrito no CRC-MT sob o MT 0066683/0-6.

1. ORÇAMENTO

3. A Lei Orçamentária Anual 10.841, de 08 de março de 2019, aprovou o orçamento do Governo do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2019, com receita estimada para o **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, incluindo o Ministério Público de Contas**, no valor de **R\$ 353.084.471,00**.

2. RECEITAS

4. As receitas orçamentárias recebidas no exercício de 2019 de R\$ 344.209.090.02, acrescidas do superávit financeiro de 2018 de R\$ 23.080.311,12, totalizaram **R\$ 367.289.401,24**, conforme demonstrado abaixo:



	Previstas R\$	Recebidas R\$	Diferença R\$
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	3.300.000,00	3.180.938,27	-119.061,73
Receita Patrimonial	1.098.317,00	742.666,04	-355.650,96
Receita de Serviços	0,00	4.219,20	4.219,20
Outras Receitas Correntes	2.201.683,00	2.434.053,03	232.370,0
TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAL	349.784.471,00	341.028.151,75	-8.756.319,25
CORRENTES	344.784.471,00	337.694.818,39	-7.089.652,61
CAPITAL	5.000.000,00	3.333.333,36	-1.666.666,54
TOTAL RECEITAS	353.084.471,00	344.209.090,02	-8.875.380,98
Superávit financeiro de 2018 (utilizado para abertura de crédito adicional)	23.080.311,12		

Fonte: Anexo 12 – Balanço Orçamentário - FIPLAN

3. DESPESAS

5. As despesas empenhadas no exercício totalizaram **R\$ 350.003.960,63**, com a seguinte distribuição:

	FIXADAS R\$	EMPENHADAS R\$	LIQUIDADAS R\$	PAGAS R\$	SALDO R\$
Despesas Correntes	366.654.782,12	344.927.579,71	343.044.523,74	355.886.199,28	21.727.202,41
Pessoal e Encargos Sociais	219.290.757,76	216.890.049,06	216.890.049,06	200.195.365,62	2.400.708,70
Outras Despesas Correntes	147.364.024,36	128.037.530,65	126.154.474,68	125.690.833,66	19.326.493,71
Despesas de Capital	9.510.000,00	5.076.380,92	2.512.838,92	925.538,92	4.433.619,08
Investimentos	9.510.000,00	5.076.380,92	2.512.838,92	925.538,92	4.433.619,08
TOTAL	376.164.782,12	350.003.960,6	345.557.362,66	326.811.738,20	26.160.821,4

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário e FIP 617 - Fiplan

6. Destaca-se que para cada R\$ 1,00 de despesa autorizada, foi executado R\$ 0,93, demonstrando uma economia orçamentária de R\$ 26.160.821,49.

4. RESULTADO DA EXECUÇÃO



7. A receita realizada em 2019, acrescida do superávit financeiro de 2018, totaliza R\$ 367.289.401,24, que, comparada com a despesa orçamentária empenhada de R\$ 350.003.960,63, apresenta um superávit de execução de R\$ 17.285.440,71

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	
Receita orçamentária arrecadada	344.209.090,12
(+) Superávit do exercício de 2018 (*)	23.080.311,12
(=) Soma da receita orçamentária disponível	367.289.401,24
(-) Despesa realizada	350.003.960,63
Total	17.285.440,71

5. DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

8. O Balanço Patrimonial de 2018 do TCE/MT apresenta um superávit financeiro de R\$ 144.282.754,72, que é a diferença entre o Ativo Financeiro, R\$ 155.407.086,16, e o Passivo Financeiro, R\$ 11.124.331,44, que ajustado (somado) com os Restos a Pagar não Processados cancelados, no valor de R\$ 1.134.788,02, tem-se um superávit financeiro ajustado de R\$ 145.417.542,74. No entanto, foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais o montante de R\$ 23.080.311,12.
9. Ainda sobre os Restos a Pagar tem-se a informar que, conforme Demonstrativo da Dívida Flutuante, Anexo 17 da Lei 4.320/64, foram baixados todos os Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores (R\$ 1.480.214,46) e todos os Restos a Pagar não Processados de exercício anteriores (R\$ 4.114.965,64), nada sendo transferido para 2019.

7. GASTO COM PESSOAL

10. Os gastos com pessoal totalizaram R\$ 216.890.049,06, o que correspondeu a 1,26%, da Receita Corrente Líquida do Estado de R\$ 17.145.216.862,86, sendo 1,17% do Tribunal de Contas e 0,09% do MPC, portanto, acima do limite máximo de 1,23% (inciso II, alínea “a” do art. 20 da LRF), conforme quadro a seguir:



TOTAL DE DESPESAS COM PESSOAL DO TCE-MT	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	256.016.066,55
Pessoal Ativo	216.890.049,06
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	200.905.943,67
Obrigações Patronais	15.984.105,39
Pessoal Inativo e Pensionistas (II)	39.126.017,49
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I-II)	216.890.049,06

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO AO LIMITE LEGAL	Valor	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA RCL	17.154.484.294,75	
DESPESA TOTAL DE PESSOAL	216.890.049,06	1,26
LIMITE MÁXIMO (inciso II, a, do art. 20 da LRF)	211.000.156,82	1,23

8. DO RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA DAS CONTAS ANUAIS

11. A Secretaria de Controle Externo de Administração Estadual com base nas informações obtidas por meio de exame e análise dos documentos anexados às contas anuais do exercício de 2019 (em especial do Relatório Circunstanciado das Atividades Orçamentárias e Financeiras do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Relatório de Auditoria Interna), bem como na compilação de dados dos demonstrativos contábeis apresentados e informações obtidas do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso – FIPLAN, elaborou o Relatório Técnico de Auditoria apontando a suposta ocorrência de 3 irregularidades:

Responsável: Conselheiro Gonçalo Domingos de Campos Neto - Presidente

- 1) AA04. Limite Constitucional/Legal_Gravíssima_04.** Gastos com pessoal acima dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000). Execução da despesa



com pessoal do Tribunal de Contas-MT acima do limite máximo permitido de 1,23% da Receita Corrente Líquida Ajustada do Estado, deixando de observar as ordenações do inciso II, alínea “a”, art. 20, da LRF.

Responsável, **Edson Luiz Ribeiro de Oliveira – Contador**

2) CB 02. Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976). Diferença de R\$ 1.148.397 do valor da Contribuição dos Servidores Ativos registrado no RGF 3º quadrimestre/2019, com os valores dos FIPs 680 – Pagamentos Efetuados por Credor do sistema Fiplan.

Responsável: Conselheiro Gonçalo Domingos de Campos Neto - Presidente

3) GB 14. Licitação_Grave_14. Investidura irregular dos membros da Comissão de Licitação (art. 51, § 4º, da Lei nº 8.666/1993). Recondição dos membros das Comissões de Licitação de um exercício para o outro infringindo o artigo 51, § 4º, da Lei nº 8.666/1993.

12. Regularmente citados, a autoridade gestora e o contador, Sr. **Edson Luiz Ribeiro de Oliveira**, apresentaram seus argumentos e documentos que entenderam pertinentes (documentos digitais 10969/2021 e 33177/2021), que depois analisados pela equipe de auditoria da SECEX de Administração Estadual, esta concluiu pelo saneamento da irregularidade 3 (GB 14) e, por outro lado, pela manutenção das irregularidades 1 (AA 04) e 2 (CB 02).

9. DO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

13. O Ministério Público de Contas, por meio do **Parecer 1442/2021**, do Procurador **Alisson Carvalho de Alencar**, opinou **pela emissão de Parecer Prévio Favorável à Aprovação das contas do exercício de 2019**, com recomendações.

14. **É o Relatório.**

(assinatura digital)

Conselheiro VALTER ALBANO

Relator